

# FAMÍLIA CRISTÃ – QUE FUTURO?

João Manuel Duque – UCP Braga

## 1. Fundamentos

Gostaria de iniciar esta minha intervenção com a afirmação fundamental de que o cristianismo é a “religião da família” por excelência. Trata-se, é claro, de uma afirmação suficientemente ambígua, a exigir portanto alguns esclarecimentos imediatos. E esses esclarecimentos coincidem, a meu ver, com a exposição daqueles elementos que constituem o cerne do contributo do cristianismo para a transformação do próprio conceito de família.

1. De facto, daquilo que é possível averiguar na história do ocidente, com alguma facilidade e mesmo sem entrar em pormenores mais científicos, o cristianismo constituiu, sem dúvida e em continuidade com o judaísmo – ou melhor, com o que poderemos considerar o modo bíblico de conceber a existência – o mais forte impulso para a superação de pelo menos duas reduções da concepção de família típicas da Antiguidade, mas que prevalecem até hoje: a naturalista e a coletivista. Uma compreensão, ainda que mínima, dessas alterações permite-nos compreender melhor o que se pretende – e o que não se pretende – dizer, quando falamos de cristianismo como “religião da família”. Em primeiro lugar, não falamos aqui de cristianismo como religião tribal, em que se divinizam os próprios laços de sangue, transformados num absoluto que se impõe sobre tudo o resto. Desde os mais antigos tribalismos, passando pelas ideologias étnicas ou mesmo pelos nacionalismos ainda recentes, até aos mais obscuros laços das diversas máfias familiares, a família assentaria numa relação natural ou genética entre parentes, transformada numa religião a que os sujeitos individuais deveriam subjugar-se. Mas também não se fala em cristianismo em sentido coletivista, como se a família – no caso cristão, a Igreja, por exemplo – fosse uma sociedade isolada, frente a outras sociedades, constituída por laços sociais predeterminados, fossem eles de classe, de linhagem, de nome, etc. Se aplicarmos aqui a linguagem paulina, a liberdade cristã liberta-nos, antes de mais, dessas subjugações ao absoluto da natureza, com as suas ligações genéticas, e ao absoluto das sociedades, com as suas relações pré-determinadas pela lei. Não que essas relações não continuem a ser

importantes e mesmo necessárias, mas não são elas a base das relações humanas. Essa base é constituída pelas relações pessoais, pois a pessoa é o absoluto primeiro – ou então, no nosso caso, o absoluto segundo.

Mais ainda do que o judaísmo, o cristianismo assenta na pertença à comunidade como resultado de uma opção livre pessoal, e não por pertença prévia a determinada etnia ou tribo, ou a determinado grupo social. Por isso, o cristianismo não é uma religião exclusiva de certas famílias, mas a vocação de toda família humana, conduzida ao núcleo das suas relações pessoais, de que falaremos adiante de modo mais detalhado.

2. O lugar central desta concepção de família na economia da salvação manifesta-se, entre outros aspetos, pela importância da referência à família ao longo da Escritura. É o caso da analogia da aliança, baseada relação livre entre duas pessoas de igual dignidade, sobretudo explorada ao longo do Antigo Testamento. É o caso, também, da relação de paternidade e de filiação, como analogia desenvolvida de modo especial ao longo do Novo Testamento. Num e noutro casos, o núcleo da relação em causa é o amor ou a misericórdia, como modo de relação que supera todos os outros e que assume, por isso, características muito próprias. A concentração da história da salvação na categoria do amor, com a corresponde reorientação da concepção de família e do seu valor analógico, é que torna o cristianismo uma “religião da família”.

Portanto e de forma sintética, poderíamos afirmar que a definição do cristianismo como “religião da família” coincide com a sua afirmação e defesa da relação inter-humana mais fundamental como capacidade de doação gratuita, sem esperar nada em troca e sem aceção de pessoas. Ora, se essa é a relação fundante e orientadora da humanidade, é na família que ela se realiza de modo mais originário. Nesse sentido, também, todas as outras relações humanas deveriam basear-se nesse modo fundamental, conduzindo assim a que as relações sociais em geral fossem relações familiares e as sociedades organizadas como famílias. Essa é, no fundo, a proposta cristã, uma espécie de utopia, cuja realização histórica vai sendo mais ou menos eficaz, mas cuja realização plena se espera escatologicamente.

## **2. Desafios**

Ora, sendo verdade o que acabámos de afirmar, também o é o facto de a sociedade europeia, embora fortemente marcada pelo cristianismo, ter assistido, pelo menos com o movimento que genericamente se denominou modernidade, à afirmação

social – pelo menos ideologicamente, e muitas vezes também na prática – de relações que não são propriamente coincidentes com as relações familiares, constituindo muitas vezes até anulação dessas relações. Os fatores foram diversos, alguns deles quase diretamente ligados a certa recuperação de leituras pagãs da existência, por isso em oposição mais ou menos clara à matriz cristã da existência. Mas não nos vamos ocupar aqui dessa questão

Do ponto de vista estritamente social, assistimos, sobretudo nos últimos dois séculos, a fortes transformações no modo de vida dos europeus. Se até aí tudo se concentrava no entorno familiar – muitas vezes entendido de modo coletivista, patriarcal até, é certo – com a revolução industrial e a concentração das populações no ambiente urbano, as relações inter-humanas passaram a estar dominadas pelas dimensões da troca económica e da macro-organização social. A educação – elemento chave na construção das relações familiares e das identidades pessoais – deixou progressivamente de ser incumbência exclusiva das famílias individualmente consideradas e passou a ser assumida pela coletividade e pelas instituições que se assumiram suas representantes. Esse movimento veio a ser reforçado com o surgimento do estado moderno, que passou a ser o motor e principal responsável da regulação e dinamização do modo de relacionamento entre os denominados cidadãos. O estado social assumiu o lugar do paternalismo, até então do puro domínio familiar, transformando-se no principal horizonte de referência para a convivência inter-pessoal.

No mesmo movimento sócio-político desenvolveu-se um modo de relação económica assente sobretudo na máxima rentabilidade do trabalho. Progressivamente, todas as relações humanas foram sendo tendencialmente dominadas por esse modo de relação, que desalojou a gratuidade das nossas ações, a qual colocava antes de todos os outros modos de relação aquela relação que existe por nada, sem nada esperar em troca. Isso relegou, por um lado, a relação familiar gratuita para segundo plano, quando muito para o recatado âmbito privado da família cada vez mais reduzida; e, por outro lado, foi afetando a própria relação entre esposos, entre pais e filhos e entre filhos e pais, a qual passou a ser cada vez mais compreendida à imagem e semelhança de um contrato económico, para proveito máximo de cada sujeito.

O proveito individual – seja do ponto de vista económico, seja sobretudo do ponto de vista afetivo e psíquico – passou a constituir a matriz predominante da relação humana em geral e das relações familiares em particular. Cada sujeito constitui família, ou para proveito natural – realização sexual ou afetiva – ou para proveito social, no qual

se inclui o estatuto que os filhos conseguirão atingir (queiram ou não). O individualismo da auto-realização (concentrado na felicidade individual) dificulta a capacidade de doação – ao cônjuge ou aos filhos – comprometendo seriamente a relação com o presente mas também com as gerações futuras.

O sistema de consumo, que sucedeu às sociedades industrializadas centradas na produção e se expandiu pelo planeta, ao mesmo tempo que reforça o dinamismo da rentabilidade, transformando tudo em objeto a consumir, tendo como efeito imediato dificultar a relação e a comunicação inter-pessoal, base das relações familiares e humanas, segundo o modelo apresentado antes. A primazia do ter – ou melhor, do fruir, enquanto consumir – afirma-se sobre o valor da experiência da comunicação inter-pessoal. Por outro lado, na azáfama de obter rentabilidade para poder corresponder às exigências de uma sociedade de consumo, o tempo não chega para o cultivo das relações pessoais. Com falta de tempo para praticar, não se aprende a relação da dádiva de si: as relações de paternidade e maternidade, de filiação e de fraternidade definham.

Nas últimas décadas, devido sobretudo à utilização massificada de tecnologia avançada, o sistema de consumo é reforçado e substituído, mesmo, pelo domínio do sistema mediático (televisão e net). O efeito mais rápido e imediato desse sistema é a tendência para anular a comunicação entre os próximos, base das relações familiares, transferindo-a para a simulação da comunicação à distância. Ao mesmo tempo, criam-se outras imagens do mundo, em grande parte pouco realistas, mas muito marcantes para as gerações mais jovens. A ilusão do mundo perfeito, sem as exigências e os incômodos das relações reais, tornam as pessoas progressivamente incapazes de uma relação real. Pais e filhos, irmãos, avós, netos – tudo isso tem tendência para ser tolerado apenas virtualmente. Famílias reais já parecem não satisfazer os imensos desejos dos nossos contemporâneos.

### **3. Oportunidades**

Este discurso parecerá demasiado pessimista. Não nego esse pendor. E gostaria, realmente, de me enganar quanto a certas tendências contemporâneas, no seio das relações humanas. Mas a minha intenção não é ser profeta da desgraça. As transformações sociais da modernidade e da pós-modernidade, sendo ambíguas e potencialmente perigosas, são sobretudo oportunidades diversas: oportunidades para melhor percepção e compreensão do que é realmente a família e do seu valor redescoberto; oportunidades para uma pragmática nova, que coloque a família no seu

verdadeiro lugar, de modo certamente diferente do de outras épocas. É, de facto, muitas vezes no momentos que denominamos de crise mais aguda que determinadas realidades essenciais são redescobertas e revividas, de modo sempre original, na história dos humanos. Da minha parte, atrevo-me a acreditar que as próximas décadas serão de redescoberta do valor das relações familiares como essenciais para a construção de seres humanos cada vez mais equilibradamente humanos. E, se assim for, também estarão mais próximos daquilo que o cristianismo considera ser a verdade do ser humano.

Seja por manifestações explícitas – sobretudo em escritos teóricos sobre o assunto – seja pelos efeitos sociais evidentes, há sinais de que a sociedade ocidental começa a aperceber-se dos becos sem saída a que conduzem certas perspectivas estatizantes, economicistas ou mesmo a utopia tecnológica. Em vez de se criarem condições para vidas mais humanizadas e mais felizes, parecemos atingir o contrário. Os próprios estudos sociais vão demonstrando que, em geral, os efeitos nocivos de certos modos atuais de vida são menos sentidos em quem cresceu e vive num contexto familiar fértil em relações humanas de proximidade, assentes na dádiva mútua das pessoas. A centralidade da família, como lugar de crescimento e contexto de vida, começa a ser clara. É claro que a utopia da existência perfeita não passa de uma utopia. Mas o leque das experiências na procura dessa perfeição começa a esgotar-se e começa a revelar-se que, realisticamente considerada, mesmo com todas as imperfeições inerentes às realidades humanas, a família será aquela que mais cabalmente corresponde aos nossos desejos de vida humana.

É claro que temos que reconhecer que as transformações sociais efetuadas ao longo dos últimos dois séculos também podem ter contribuído para uma purificação da família, precisamente no sentido que lhe deu o cristianismo, libertando a família para si mesma, sem subjugações as esquemas simplesmente sociais ou naturais. E essa libertação para si mesma será a concentração da família no cultivo das relações interpessoais que a constituem.

Tal como sempre fez, ao longo da sua história – numas épocas mais do que noutras – o cristianismo pode dar um forte contributo, salientando, do ponto de vista teórico e prático, a centralidade da família. E se, em determinadas épocas se concentrou em modos derivados de família – como foi o caso dos conventos e das ordens religiosas, que exploravam o valor da fraternidade e de certa paternidade e filiação metafóricas – hoje deverá talvez concentrar-se na família enquanto tal, nos modos de relação real entre esposos, pais e filhos, irmãos, etc. como realização não apenas do cristianismo

enquanto tal, mas mesmo da humanidade, independentemente de se tratar de cristãos ou não.

A pastoral cristã – para além dos muros da comunidade eclesial em sentido estrito – deverá concentrar-se na recuperação – de modo diferente, pois as circunstâncias são bem diferentes – das relações inter-pessoais segundo o modelo familiar, como único caminho seguro para a felicidade e para a educação das gerações futuras. O leque dessas relações variadas poderia sintetizar-se nas seguintes:

1. A *filiação* – Trata-se da mais fundamental e originária (porque originante) relação humana, e também de uma das que mais fortes abalos conheceu na modernidade<sup>1</sup>. Ela desenvolve-se, sobretudo, por uma correta relação aos pais (e avós). Pauta-se pela aprendizagem de não sermos seres absolutos, princípio e origem de nós próprios, mas sermos sempre já fruto de uma dádiva imerecida e gratuita. Este é o princípio da humildade, mas também da confiança na vida, de que sermos ou não sermos não depende, em primeira linha, de nós próprios, mas de um dom. Ao mesmo tempo, na relação à nossa origem, sobretudo aos avós, vamos aprendendo, na carne, os limites do tempo, através do confronto com a velhice e mesmo com a morte. E este será um dos grandes traumas do nosso tempo: a não aprendizagem da relação ao tempo e à morte, como constituintes da condição humana, com todos os estratagemas para escondermos ou ignorarmos o que nos constitui.

2. A *fraternidade* – A base da relação inter-humana assenta na convicção prática de que todos possuímos igual dignidade e que, em última instâncias, todos somos igualmente irmãos, irmanados na mesma condição. Mas esta consciência da fraternidade universal – utopia que sempre animou a grandes revoluções sociais, mas que nunca foi propriamente conseguida – aprende-se na prática da relação aos irmãos reais, com os quais partilhamos a mesma condição de filhos e com os quais aprendemos a relação entre iguais, o princípio da cidadania participativa e democrática, através do abandono do egoísmo individualista – com todos os sacrifícios que isso implica. Esta educação para a convivência cívica e para as suas exigências dificilmente terá êxito se não for realizada entre irmãos, em família. As experiências coletivistas foram fracassaram, numa história ainda recente; e as experiências individualistas, mais recentes ainda, não fracassam menos. A fraternidade, de facto, dificilmente se aprende se não for vivendo-o

---

<sup>1</sup> Cf.: M. HENRY, *Eu sou a verdade*..

entre irmãos – com todas as dificuldades e exigências inerentes a essa inevitável partilha do território.

3. A *conjugalidade* – Mas a fraternidade, se é a base da relação entre todos os humanos, pode desenvolver-se num modo específico da relação entre iguais – precisamente aquela relação que assenta na diferença sexual entre homem e mulher. Falo explicitamente em diferença sexual e não apenas em diferença de género – que corresponde apenas aos géneros gramaticais feminino e masculino – ou em diferença de sujeitos, independentemente das suas características sexuais. A relação entre sujeitos diferentes e iguais é a fraternidade. A relação específica – sexual – entre homem e mulher, pressupondo embora a fraternidade, tem outro objetivo. Nesse modo de relação que poderíamos denominamos conjugalidade ou sponsalidade, o ser humano realiza-se enquanto ser sexuado, cuja identidade se define pela orientação para o outro sexualmente diferente: o homem, pela orientação para a mulher e a mulher pela orientação para ao homem. Também esta relação – hoje frequentemente questionada – deve ser aprendida, sob pena de ignorarmos um dos mais básicos elementos da condição humana, ou então de o artificializarmos de tal modo que fica irreconhecível. Esta relação fundante da condição humana é a base de uma partilha de vida como única via de felicidade; é uma das mais elevadas formas de manifestação da capacidade de morrer para si, pensando sobretudo no outro; é também uma das mais fortes manifestações da durabilidade do humano, na transformação dos tempos, como manifestação da fidelidade ao compromisso, dentro dos limites da nossa condição; é, ainda, uma das mais fortes manifestações da possível confiança no amor, como sustento para o ser e a para vida. Que seria dos humanos, se não pudessem contar com esta possibilidade?

4. A *parentalidade* – Ora, a realização possível, mesmo que sempre imperfeita, da conjugalidade humana – na definição do homem como sendo para a mulher e da mulher como sendo para o homem, apenas por amor e sem qualquer interesse individual ou determinismo natural – é fértil por si mesma, como fértil é o amor. Logo, a manifestação desta capacidade de dar sentido à vida pela doação da vida aos outros tem a sua imediata realização na dádiva da vida a outros, na paternidade e na maternidade. Esta parentalidade não é apenas o processo biológico – já de si muito importante e significativo. Trata-se de assumir a responsabilidade pelos outros como mais profundo modo de existência. Ser pai ou mãe é assumir-se, finalmente, como absolutamente responsável por outro, e não apenas por si mesmo, perante outro. Mas é para isso que

existe cada humano – para se assumir responsável por outros. Isso corresponde à sua possível maturidade. Auto-realização que não seja assim, é um equívoco.

É no sentido exposto até aqui que podemos considerar o cristianismo a “religião da família” e a Igreja sobretudo como família de famílias, segundo vários significados: em primeiro lugar, enquanto constituída por famílias propriamente ditas (como lugar do quotidiano pessoal); mas também o é nos seus grupos, paróquias, dioceses, até ao âmbito global da Igreja universal. Em todos esses níveis se vive, de modo analógico, a parentalidade, a filiação e a fraternidade. Essa é a sua proposta, como sacramento para o mundo, de uma forma de vida esperada.

Mas é claro que o cerne da concepção da Igreja como família se encontra na relação primordial com Deus, Pai, Filho, Irmão, Esposo. O sentido teológico da família é, para o crente, o seu elemento primordial, do qual brota a sua verdade e o faz acreditar que o modo familiar de vida é caminho de salvação para os humanos. Mas não podemos esquecer que não há sentido teológico para nós que não seja sempre mediado em realizações humanas. Por isso, não há dádiva salvífica de Deus senão nas realizações humanas do seu amor. E a família é a primordial.

Com esta fundamentação teológica, podemos confiar que o futuro pertence à família, apesar de todos os limites das suas realizações históricas. O percurso que nos é possível viver já, acreditamos e esperamos que venha a ter realização plena na dimensão escatológica de Deus. Nele – e só nele – serão plenas todas as relações humanas de que falámos. Serão plenas, mas não abandonadas. É esse o verdadeiro futuro que o cristão espera para a família a que pertence. Quanto ao presente, com luzes e sombras, caminhamos confiantes, mas também vigilantes.